

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.121 - SP (2019/0053737-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : FAP S/A
ADVOGADO : DONIZETE AMURIM MORAES - SP236020
AGRAVADO : MASSA FALIDA DO BANCO PONTUAL SA
REPR. POR : VALDOR FACCIO - ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS WAISMAN FLEITLICH - SP131761
HENRIQUE GONÇALVES VIEIRA PINTO - SP376355

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial por ausência de demonstração de afronta aos artigos arrolados.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 256):

Cumprimento de sentença. Impugnação rejeitada. Agravo de instrumento. Alegações de ausência de título exigível e excesso de execução. Título executivo que deriva de sentença judicial transitada em julgado, cumprindo com todos os requisitos da legislação processual civil. Desnecessidade de proceder à liquidação do julgado. Doutrina. Empresa que, ao sustentar excesso de execução, não cumpre com a determinação legal de apontar o valor que entende correto ou apresentar demonstrativo de cálculo. Inteligência do artigo 525, § 4º e 5º, do CPC. Meros cálculos aritméticos. Hipótese de rejeição liminar. Decisão mantida. Recurso desprovido.

O especial (e-STJ fls. 262/269), fundamentado no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF, apontou ofensa aos seguintes dispositivos legais, sob as respectivas teses:

(i) art. 524, § 2º, do CPC/2015, sustentando ser "necessária a apuração do montante por contador do juízo (...) e não mero simples cálculo juntado aos autos sem a alusão de qual profissional o elaborou" (e-STJ fl. 267), e

(ii) art. 523, § 1º, do CPC/2015, argumentando que "Aplicar a multa do referido dispositivo incidente sobre cálculo apurado unilateralmente pelo Recorrido acarreta um prejuízo à Recorrente não só com relação à ampla defesa e ao contraditório, mas também fará com que a mesma tenha a dívida aumentada em 20% sobre um valor indevido" (e-STJ fl. 268).

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 273/277).

O agravo (e-STJ fls. 282/289) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 292/294).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto

pela ora recorrente, afirmou que "o título executivo judicial formado é expresso ao quantificar os valores devidos pelos executados, bem como a forma de incidência da correção monetária, juros da mora e honorários sucumbenciais" (e-STJ fl. 257).

Por essa razão, concluiu a Corte local que "o título executado cumpre com todos os requisitos da legislação processual civil, não sendo necessário proceder à liquidação do julgado com a respectiva perícia contábil à vista de que os cálculos são simples, podendo ser realizados de modo aritmético" (e-STJ fl. 258).

O TJSP asseverou ainda que (e-STJ fls. 258/259):

De outro lado, também não pode ser acolhida a tese de excesso de execução. Ora, ao impugnar o cumprimento de sentença sustentando a exorbitância da quantia buscada e, tratando-se de meros cálculos aritméticos como já delineado, caberia à parte agravante cumprir com a determinação legal inserida no artigo 525, §§ 4º e 5º, do Código de Processo Civil:

(...)

Desse modo, sem apontar a quantia que entende correta ou trazer demonstrativos de cálculos com esse fim, a impugnação oferecida deve mesmo ser rejeitada.

No mais, as razões do agravo de instrumento limitam-se a afirmar que o pagamento dos valores é indevido, constituindo impugnação genérica e desprovida de qualquer fundamento apta a justificar a reforma da decisão guerreada.

A recorrente, então, não procurou estabelecer argumentos sensíveis e aptos a combater a fundamentação exposta pelo d. Magistrado 'a quo'. Não trouxe, sabidamente, argumentos, pelos quais buscaria convencer o d. Juízo 'ad quem' de que a solução de Primeiro grau foi equivocada.

Por esses motivos, não há como reformar o que está corretamente decidido.

Nesses termos, a alteração do desfecho conferido ao processo sobre a desnecessidade de perícia contábil e à possibilidade de liquidação do julgado, mediante simples cálculo aritmético, demandaria análise do conteúdo fático-probatório dos autos, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

Ademais, a parte recorrente não impugnou a fundamentação do acórdão recorrido de que as alegações apresentadas no agravo de instrumento são genéricas e desprovidas de argumentos aptos a desconstituir a decisão de primeiro grau. Apresentada a questão nesses termos, conclui-se que o recurso também encontra óbice na Súmula n. 283 do STF, aplicada por analogia ao especial.

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator